



TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 0588/2023

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Aquisição/contratação de peças e manutenção corretiva (mão de obra) para 01 (um) veículo oficial da Câmara Municipal de Afonso Cláudio/ES nos termos e condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação está adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário ou contados a partir da(a) emissão de Autorização de Fornecimento/Execução ou assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e encerramento em 31/12/2024.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se Pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este processo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)



3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este processo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos: Contratação de empresa especializada **Aquisição/contratação de peças e manutenção corretiva (mão de obra) para 01 (um) veículo oficial da Câmara Municipal de Afonso Cláudio/ES**, quais sejam:

4.1.1. - Aquisição e instalação completa de:

QUANT PRODUTOS

- 04 FILTRO DE ÓLEO
- 04 FILTRO DE AR
- 02 FILTRO DE COMBUSTÍVEL
- 04 FILTRO DE CABINE (AR COND)
- 04 HIGIENIZADOR AR COND
- 20 ÓLEO MOTOR 0W20 SINTÉTICO
- 01 TAPETE VERNIZ (FORRAÇÃO DO FUNDO)
- 01 PELICULA DOS VIDROS (INSUFILME)
- 01 JG CALHA DE CHUVA
- 02 JG PALHETA PARA-BRISA
- 04 JG PASTILHA FREIO DIANTEIRA
- 04 DISCO DE FREIO DIANTEIRO
- 02 SAPATA DE FREIO TRASEIRA
- 02 TAMBOR DE FREIO TRASEIRO



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: **JOMAR CLÁUDIO CORRÊA**

- 02 PIVO SUSPENCAO LD/LE
- 02 PONTEIRA DE DIRECAO LD/LE
- 04 BIELETA SUSPENÇÃO LD/LE
- 02 AMORTECEDOR DIANTEIRO LD/LE
- 02 KIT BATENTE AMORTECEDOR DIANT LD/LE
- 02 COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO LD/LE
- 02 AMORTECEDOR TRASEIRO LD/LE
- 02 KIT BATENTE AMORTECEDOR TRASEIRO LD/LE
- 02 COXIM AMORTECEDOR TRASEIRO LD/LE
- 01 KIT CORREIA DENTADA
- 04 FLUIDO FREIO DOT 4
- 05 ÁGUA DESMINERALIZADA
- 04 ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO
- 01 ESCAPAMENTO TRASEIRO
- 01 ESCAPAMENTO INTERMEDIÁRIO
- 08 PNEUS 185/65 R15 NACIONAL
- 04 LAMPADA FAROL ALTO
- 04 LAMPADA FAROL BAIXO
- 04 LAMPADA FAROL AUXILIAR
- 01 KIT FAROL AUXILIAR (COMPLETO COM CHICOTE)
- 01 KIT CAMERA RÉ
- 01 KIT SENSOR RÉ (COR DO VEICULO)
- 06 VELAS DE IGNIÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

- 03 BOBINA IGNIÇÃO
- 01 KIT ALÇA PEGA MÃO DE APOIO DO TETO TRASEIRO
- 01 BATERIA DE 60Ah (PRIMEIRA LINHA)
- 01 PROTETOR DE CARTER (COMPLETO)

QUANT DESCRIÇÃO MÃO DE OBRA

- 04 HIGIENIZAÇÃO AR CONDICIONADO
- 08 SERVIÇO FREIOS
- 12 SERVIÇO SUSPENÇÃO/DIREÇÃO
- 01 SERVIÇO ARREFECIMENTO
- 01 SERVIÇO INJECAO ELETRONICA
- 01 SERVIÇO CORREIA DENTADA
- 05 INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS
- 10 ALINHAMENTO COMPLETO
- 05 CAMBAGEM LD/LE
- 40 BALANCEAMENTO DE RODA

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, trata-se de fornecimento/aquisição de entrega de acordo com a demanda desta Casa de Leis.



5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega dos bens/serviços é de 02 (dois) dias úteis, contados do(a) expedição da Autorização de Fornecimento ou assinatura do contrato, de acordo com as necessidades desta Casa de Leis.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2. Os bens deverão ser entregues na Câmara Municipal de Afonso Cláudio, sito à Ladeira Ute Amélia Gastin Pádua, 150, São Tarcísio, Afonso Cláudio/ES.

5.1.3. O responsável pelo recebimento do objeto deverá atestar a qualidade e quantidade dos produtos, devendo rejeitar qualquer objeto que esteja em desacordo com o especificado no Termo de Referência.

5.2. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n. 14.133/21, o objeto deste contrato será recebido: I - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações; II - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação.

5.2.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito/má qualidade, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA**, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

5.2.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



5.3. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da **CONTRATADA**.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: **JOMAR CLÁUDIO CORRÊA**

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Para pagamento da nota fiscal ou da fatura serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão Negativa Estadual e Certidão Negativa Municipal.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O critério para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos moldes do Art. 33, inciso I, da lei 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

7.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração solicitará à empresa a apresentação dos seguintes documentos:

7.3.1 Habilitação jurídica, qualificação técnica/econômico-financeiro, se for o caso, e de regularidade fiscal, trabalhista e em relação ao FGTS.

7.3.2 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.3.3 Declaração do SIMPLES caso a empresa se enquadre, para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006;

7.3.4. Declaração de que não possuem sócio, administrador, gerente ou funcionário que seja servidor ou dirigente da Câmara Municipal de Afonso Cláudio – ES ou que possuam qualquer tipo de parentesco, até o 3º (terceiro) grau, incluindo os afins, com o Presidente e/ou Vereadores, com o Diretor Geral, com o Procurador-Geral, com o Pregoeiro e equipe de apoio e com os membros da Comissão de Licitação da Câmara de Afonso Cláudio – ES.

8. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

8.1. DO PREÇO: O valor estimado para a contratação é de R\$ 22.983,00 (Vinte e dois mil novecentos e oitenta e três reais).

8.1.1. No valor apresentado pela empresa participante deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: **JOMAR CLÁUDIO CORRÊA**

8.2. **DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será feito em favor da empresa contratada, por meio de Transferência Bancária em conta-corrente da empresa, Depósito Bancário via cheque ou Boleto Bancário, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no contrato, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica/Fatura devidamente discriminada e atestada por servidor designado pela contratante, desde que não haja fator impeditivo por parte da Contratada, bem como da apresentação das Certidões Negativas da Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Prova de situação regular perante o FGTS e Prova de situação regular perante a Justiça de Trabalho.

8.2.1. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

8.2.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

8.2.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.3. **ATRASO DE PAGAMENTO:** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Câmara Municipal de Afonso Cláudio/ES, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a contar da data máxima prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento.

8.4. **DO REAJUSTE:** Os preços praticados serão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos da Lei 10.192/01 c/c art. 92, §3º, da Lei n. 14.133/21. O valor contratado será reajustado, caso necessário, utilizando-se do seguinte índice INPC.



9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.2. - A **CONTRATANTE** se compromete a:

9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor(es) especialmente designado(s) conforme determina o artigo 117 da Lei n. 14.133/21.

9.2.2. Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/21.

9.2.3. As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas à autoridade superior para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º, da Lei 14.133/21

9.2.4. Verificar e fiscalizar as condições técnicas da **CONTRATADA**, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue.

9.2.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor e época estabelecidos na Cláusula Quarta.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

10.1.1. Não transferir a outrem ou subcontratar, no todo ou em parte, o presente contrato.

10.1.2. Executar fielmente o contrato avençado, de acordo com as condições previstas, no Termo de Referência, sua proposta e demais atos anexos ao processo de contratação direta, que são parte integrante deste instrumento independente de transcrição.



10.1.3. Manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la na execução do contrato.

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela **CONTRATANTE**.

10.1.6. Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, indenizações e quaisquer outras que forem devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a **CONTRATANTE** isenta de qualquer vínculo da **CONTRATADA** com seus fornecedores, prestadores de serviços e empregados.

10.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em consonância com o disposto no artigo 92, XVI, da Lei nº 14.133/21.

10.1.8. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações/ notificações relacionadas com o objeto fornecido.

10.1.9. Disponibilizar o objeto comercial de forma parcelada, caso requeira a Administração e de acordo com as necessidades da Administração.

10.1.10. A **CONTRATADA** se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança do objeto comercial ofertado, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação desse às exigências do Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: **JOMAR CLÁUDIO CORRÊA**

10.1.11. A **CONTRATADA** deve cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.12. O prazo de garantia mínima do objeto é aquele definido no termo de referência, respeitados os prazos mínimos definidos na Lei n. 14.133/21, normas legais ou normas técnicas existente.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: **JOMAR CLÁUDIO CORRÊA**

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, no percentual de 1% (um por cento) da obrigação não cumprida.



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: **JOMAR CLÁUDIO CORRÊA**

11.6.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item 11.2.

11.7. As sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.3 e 11.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 11.2.2, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Afonso Cláudio, para o exercício de 2024, na classificação a seguir:

Elemento despesa: 33903000000 – Material de Consumo

Elemento despesa: 33903900000 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 10010000000 – Recursos Ordinários

Ficha: 12

Ficha: 15

Afonso Cláudio/ES, 18 de janeiro de 2024.

RIKELY POLYANA SALES DA CONCEIÇÃO TOZI

Membro da CPL/Equipe de Pregão



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

ANEXO I

COTAÇÃO DE PREÇOS

LOTE ÚNICO

ORÇAMENTO PARA: ONIX LT 1.0 TURBO 12V 2023 MANUAL

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.	UNID	04	FILTRO DE ÓLEO		
2.	UNID	04	FILTRO DE AR		
3.	UNID	02	FILTRO DE COMBUSTÍVEL		
4.	UNID	04	FILTRO DE CABINE (AR COND)		
5.	UNID	04	HIGIENIZADOR AR COND		
6.	LITRO	20	ÓLEO MOTOR 0W20 SINTÉTICO		
7.	UNID	01	TAPETE VERNIZ (FORRAÇÃO DO FUNDO)		
8.	UNID	01	PELICULA DOS VIDROS (INSUFILME)		
9.	JOGO	01	JG CALHA DE CHUVA		
10.	JOGO	02	JG PALHETA PARA-BRISA		
11.	JOGO	04	JG PASTILHA FREIO DIANTEIRA		
12.	UNID	04	DISCO DE FREIO DIANTEIRO		
13.	UNID	02	SAPATA DE FREIO TRASEIRA		
14.	UNID	02	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO		
15.	UNID	02	PIVO SUSPENCAO LD/LE		
16.	UNID	02	PONTEIRA DE DIRECAO LD/LE		
17.	UNID	04	BIELETA SUSPENÇÃO LD/LE		



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

18.	UNID	02	AMORTECEDOR DIANTEIRO LD/LE		
19.	KIT	02	KIT BATENTE AMORTECEDOR DIANT LD/LE		
20.	UNID	02	COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO LD/LE		
21.	UNID	02	AMORTECEDOR TRASEIRO LD/LE		
22.	KIT	02	KIT BATENTE AMORTECEDOR TRASEIRO LD/LE		
23.	UNID	02	COXIM AMORTECEDOR TRASEIRO LD/LE		
24.	KIT	01	KIT CORREIA DENTADA		
25.	LITRO	04	FLUIDO FREIO DOT 4		
26.	LITRO	05	ÁGUA DESMINERALIZADA		
27.	LITRO	04	ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO		
28.	UNID	01	ESCAPAMENTO TRASEIRO		
29.	UNID	01	ESCAPAMENTO INTERMEDIÁRIO		
30.	UNID	08	PNEUS 185/65 R15 NACIONAL		
31.	UNID	04	LAMPADA FAROL ALTO		
32.	UNID	04	LAMPADA FAROL BAIXO		
33.	UNID	04	LAMPADA FAROL AUXILIAR		
34.	UNID	01	KIT FAROL AUXILIAR (COMPLETO COM CHICOTE)		
35.	UNID	01	KIT CAMERA RÉ		
36.	UNID	01	KIT SENSOR RÉ (COR DO VEICULO)		
37.	UNID	06	VELAS DE IGNIÇÃO		
38.	UNID	03	BOBINA IGNIÇÃO		
39.	UNID	01	KIT ALÇA PEGA MÃO DE APOIO DO TETO TRASEIRO		



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

40.	UNID	01	BATERIA DE 60Ah (PRIMEIRA LINHA)		
41.	UNID	01	PROTETOR DE CARTER (COMPLETO)		
ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO MÃO DE OBRA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.	UNID	04	HIGIENIZAÇÃO AR CONDICIONADO		
2.	UNID	08	SERVIÇO FREIOS		
3.	UNID	12	SERVIÇO SUSPENÇÃO/DIREÇÃO		
4.	UNID	01	SERVIÇO ARREFECIMENTO		
5.	UNID	01	SERVIÇO INJECAO ELETRONICA		
6.	UNID	01	SERVIÇO CORREIA DENTADA		
7.	UNID	05	INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS		
8.	UNID	10	ALINHAMENTO COMPLETO		
9.	UNID	05	CAMBAGEM LD/LE		
10.	UNID	40	BALANCEAMENTO DE RODA		

Todos os produtos deverão ter prazo de validade de no mínimo 01(um) ano.

Valor Total (R\$): _____

(_____)

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

CNPJ da

Empresa: _____

Endereço da Empresa:



CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES

Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

Telefone(s) da Empresa: _____

E-mail da Empresa: _____

Representante da Empresa: _____

CPF do(a) Representante da Empresa: _____

IDENTIDADE do(a) Representante da Empresa: _____

Endereço do(a) Representante da Empresa: _____

Telefone(s) do(a) Representante da Empresa: _____

E-mail do(a) Representante da Empresa: _____

Obs.: O Representante é quem assina pela Empresa.

Assinatura – Carimbo com o CNPJ

Data: ____/____/____